

Mudanças reduziriam incertezas, dizem especialistas

Economistas avaliam que Real estaria mais protegido se Congresso tivesse votado emendas à Constituição

SILVIO BRESSAN

Se as reformas constitucionais tributária, previdenciária e administrativa já tivessem sido aprovadas, o País não estaria vivendo o clima de preocupação dos últimos dias com a crise nas bolsas. Esta é a avaliação do professor de Macroeconomia e Economia Internacional da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP, Siegfred Bender. Há quatro meses, Bender e outros cinco economistas da Fipe apresentaram um estudo que previa um crescimento de 3,7% no Produto Interno Bruto (PIB) caso as reformas fossem aprovadas.

Em consequência, o crescimento da economia poderia saltar de 3% ao ano, em média, para 7% — repetindo o desempenho do período do chamado “milagre” econômico. “Se pelo menos uma já estivesse concluída, o governo teria agora credibilidade para acalmar os especuladores e investidores externos”, observa o professor Bender. “O Real estaria mais protegido e não haveria necessidade de elevar tanto os juros para impedir a desvalorização da moeda.” Como até agora nada disso foi feito, o economis-

ta acha que o Brasil perdeu duas vezes: deixou de garantir um crescimento adicional de 3,7% ao ano e agora, com a crise das bolsas, ficou desprotegido.

Números — No levantamento encomendado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), os economistas da Fipe previam um ganho no PIB de 1,8% com a reforma previdenciária. No caso da tributária, seria de 1,5%, e no da reforma administrativa, de 0,4%.

Na mesma perspectiva, a redução dos custos da Previdência propiciaria a criação de 1,2 milhão a 1,8 milhão de empregos. E a diminuição dos impostos na reforma tributária aumentaria a competitividade da indústria nacional, reduzindo o déficit comercial da marca de US\$ 10 bilhões a US\$ 12 bilhões ao ano para até US\$ 4 bilhões.

Na reforma administrativa, a redução de 20% nos gastos com pessoal deixaria o governo com mais dinheiro para investimentos. A economia, segundo o levantamento dos economistas da Fipe, equivaleria a R\$ 5,5 bilhões.

Tudo isso, porém, seria possível com a reforma prevista pela Fipe, que é bem mais radical do que aquelas que estão em dis-

cussão hoje no Congresso. “Se for para aprovar aquele pacote cosmético que está lá é melhor não fazer nada”, avverte Bender. “A emenda ficaria pior do que o soneto”, continua. “O governo só gastaria capital político e depois, uma vez feitas as reformas, ficaria muito mais difícil mudar qualquer coisa dentro delas.”

Para o economista da Fipe, o governo precisa ficar acima dos interesses eleitorais. Ele acredita que o presidente Fernando Henrique Cardoso prefere deixar as reformas para depois de 1998, porque teme que o custo político das reformas atrapalhe sua reeleição.

“Mas depois também haverá custo político, porque ele vai querer eleger seu sucessor e assim por diante”, anota o professor. “Acho até que o governo quer fazer as reformas, mas não quer desagradar a ninguém e isso é impossível”, acrescenta. A esperança de Bender é que muitos governadores podem não tentar a reeleição. “Como não terão muito a perder, talvez essa seja a melhor hora para aprovar as reformas”, avalia ele.

Melhor remédio — Da mesma forma, o presidente do Conselho de Empresários para a América

Latina, Roberto Teixeira da Costa, acha que as reformas ainda são o melhor remédio para a crise. “As reformas nos protegem melhor do que as reservas”, afirmou Teixeira, que passou a semana em Nova York, um dos epicentros da atual crise das bolsas.

Apesar de ouvir alguns investidores preocupados com o Brasil, Teixeira se mostra otimista. Ele cita o exemplo do México, que em 1994 desvalorizou sua moeda, como pregam alguns críticos do governo. “Na segunda-feira, a bolsa do México caiu mais do que em todo o período de ajustes”, compara.

Utópico — De acordo com Teixeira, o fato de as reformas constitucionais ainda não terem sido aprovadas pode ter ajudado, mas não é a única explicação para os problemas que o Brasil enfrentou nessa crise. “Imaginar que com todas as reformas estariam a salvo é um pouco utópico”, analisa o empresário. “Ninguém pode estar totalmente seguro quando há um comportamento neurótico do mercado.”

De qualquer maneira, Teixeira acha o efeito pode até ser positivo para a economia nacional. “Mais do que nunca, o fundamental agora é emitir sinais para os investidores externos de que a reforma é prioridade e a privatização é um processo contínuo”, recomenda. “Enfim, mostrar que o País não está parado.”

**T
EIXEIRA:
“MOSTRAR QUE
O PAÍS NÃO
ESTÁ PARADO”**